

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. FINAME

A FINAME, criada em 1966, é uma empresa pública federal, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dedicada ao financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos.

A FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas com o objetivo de atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, concorrer para expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários, financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País e financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos fluxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de *commodities* continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, conseqüentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua no centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US\$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1. Principais Indicadores

| R\$ milhões, exceto percentuais | | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Resultado (R\$ milhões) | 2017 | 2016 | A (%) |
| Produto de Intermediação Financeira | 2.264 | 2.719 | (16,7) |
| Provisão para Risco de Crédito (PRC) | 36 | (172) | (120,9) |
| Despesas Administrativas e Gerais | (300) | (323) | (7,1) |
| Despesas Tributárias | (107) | (130) | (17,7) |
| Tributos sobre o Lucro | (848) | (747) | 13,5 |
| Participação dos Empregados no Lucro | (34) | (28) | 21,4 |
| Lucro (prejuízo) Líquido (LL) | 1.011 | 1.319 | (23,4) |

| Posição Financeira (R\$ milhões) | Dez/17 | Dez/16 | A (%) |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Ativo Total (AT) | 118.724 | 145.110 | (18,2) |
| Carteira de Crédito e Repasses, líquida | 115.533 | 136.046 | (15,1) |
| Disponibilidades | 349 | 5.002 | (93,0) |
| Créditos perante o Tesouro Nacional | 2.489 | 3.682 | (32,4) |
| Outros Ativos | 353 | 380 | (7,1) |
| Mútuos BNDES | 103.005 | 129.539 | (20,5) |
| Outras Obrigações | 1.758 | 2.017 | (12,8) |
| Patrimônio Líquido (PL) | 13.961 | 13.554 | 3,0 |

| Índices Financeiros (%) | Dez/17 | Dez/16 |
|--|--------|--------|
| Índice de Inadimplência (30 dias) ¹ | 0,00% | 0,00% |
| Provisão / Carteira Total ¹ | 0,54% | 0,48% |
| Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) | 11,76% | 9,34% |

| Rentabilidade (%) ² | 2017 | 2016 |
|--|-------|-------|
| Retorno s/ Ativos (LL / AT _{medido}) | 0,77% | 0,83% |
| Retorno s/ PL (LL / PL _{medido}) | 7,35% | 9,91% |

¹ Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros.
² O cálculo do retorno considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2.

3.2. Resultado

A FINAME registrou lucro líquido de R\$ 1,011 bilhão em 2017, o que representou uma redução de R\$ 308 milhões (23,4%) em relação a 2016 provocada basicamente pela queda de 16,7% do produto da intermediação financeira.

O impacto negativo do produto de intermediação financeira, que passou de R\$ 2,719 bilhões em 2016 para R\$ 2,264 bilhões em 2017, decorreu da queda no resultado com operações de crédito, reflexo da redução gradual da carteira de crédito e repasses, da redução do volume das disponibilidades, pela utilização dos recursos financeiros disponíveis para pagamento antecipado de mútuos com o BNDES, e pela redução da taxa Selic, referencial para a remuneração das disponibilidades.

A reversão de parte da provisão para risco de crédito, que passou de R\$ 172 milhões em 2016 para uma receita de R\$ 36 milhões em 2017, foi influenciada pelas liquidações de operações de repasses em montante superior às novas contratações realizadas em 2017 e pela melhora na classificação de risco de alguns clientes.

A queda de R\$ 23 milhões (17,7%) das despesas tributárias entre os exercícios acompanha a redução do produto de intermediação financeira.

O aumento de R\$ 101 milhões (13,5%) nos tributos sobre o lucro entre os exercícios foi decorrente basicamente da redução dos tributos diferidos, provocada pela variação do resultado com provisão para risco de crédito.

3.3. Posição Financeira

O ativo total alcançou R\$ 118,724 bilhões em 31/12/17, registrando queda de R\$ 26,386 bilhões (18,2%) em relação à 31/12/16 decorrente da redução da carteira de crédito e repasses e dos créditos vinculados ao Tesouro Nacional.

A carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, alcançou R\$ 115,533 bilhões em 31/12/17, dos quais R\$ 101,843 bilhões (88,2%) são representados por operações indiretas, cujo risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros repassadores de recursos, e R\$ 13,690 bilhões (11,8%), por operações diretas, com risco da FINAME.

A queda de R\$ 20,513 bilhões (15,1%) da carteira em 2017 é reflexo do maior volume de liquidações ocorridas nesse ano, que superou as liberações de crédito realizadas no período em R\$ 21,165 bilhões, em razão do desaquecimento da economia e consequente redução da demanda de recursos para novos investimentos.

Reflexo do compromisso e zelo na aplicação dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME apresenta excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,04% estão classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 89,8% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 30/11/17, última data disponível. Destaca-se que, em 31/12/17, a FINAME não apresenta créditos inadimplentes em sua carteira.

Para preservação de valor dos recursos financeiros disponíveis, são realizadas operações compromissadas lastreadas em títulos públicos com o BNDES. A redução de R\$ 4,653 bilhões (93,0%) nas disponibilidades em 2017 reflete a liquidação antecipada de mútuos com o BNDES.

Os direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN) representam valores a receber do TN referentes à equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI. A redução de R\$ 1,193 bilhão (32,4%) em 2017 reflete o pagamento de R\$ 6,096 bilhões realizado pelo Tesouro Nacional no exercício, parcialmente atenuado pelo reconhecimento de direitos a receber de R\$ 4,903 bilhões.

Quanto às fontes de recursos, em 31/12/17 os mútuos com o BNDES representavam a única dívida onerosa da FINAME. A redução de R\$ 26,534 bilhões (20,5%) do saldo em 2017 reflete a liquidação antecipada de mútuos no valor de R\$ 47,741 bilhões, possibilitada pela queda na demanda por recursos para novos investimentos em 2017, atenuada pela apropriação de encargos no período.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 13,961 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R\$ 407 milhões (3,0%) no ano, atribuído, basicamente, ao lucro líquido de R\$ 1,011 bilhão em 2017, parcialmente atenuado pelo provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 240 milhões) relativos ao lucro de 2017 e de dividendos complementares (R\$ 336 milhões) relativos ao lucro de 2016. Destaca-se ainda em 2017, a capitalização de reservas de lucros de R\$ 1,702 bilhão, que elevou o capital social para R\$ 12,834 bilhões, um aumento de 15,3%.

A distribuição do lucro líquido de 2017 contempla:

- constituição da reserva legal (R\$ 51 milhões);
- provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (R\$ 240 milhões);
- provisionamento de dividendos complementares, equivalentes a 35% do lucro líquido ajustado (R\$ 336 milhões); e
- retenção do lucro líquido ajustado remanescente, como fortalecimento da estrutura de capital (R\$ 384 milhões).

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

| | Nota Explicativa | 2017 | 2016 |
|--|------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 34.214.562 | 43.993.649 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 7 | 349.044 | 5.002.411 |
| Aplicações em operações compromissadas | | 349.044 | 5.002.411 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 3 | 32.121.914 | 36.908.494 |
| Repasses interfinanceiros | | 32.273.311 | 37.066.477 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (151.397) | (157.983) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 3 | 1.631.970 | 1.964.972 |
| Operações de crédito | | 1.649.467 | 1.985.629 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (17.497) | (20.657) |
| OUTROS CRÉDITOS | | 111.634 | 117.772 |
| Créditos tributários | 9,2 | 88.372 | 93.228 |
| Devedores por depósitos em garantia | | 6.816 | 6.568 |
| Pagamentos a ressarcir | | 261 | 209 |
| Diversos | | 16.185 | 17.767 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 84.509.475 | 101.116.690 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 84.509.475 | 101.116.690 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 8 | 28.576 | 34.656 |
| Ações | | 28.576 | 34.656 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 3 | 69.721.323 | 84.576.087 |
| Repasses interfinanceiros | | 70.049.932 | 84.932.708 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (328.609) | (356.621) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 3 | 12.057.541 | 12.596.665 |
| Operações de crédito | | 12.186.811 | 12.720.885 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (129.270) | (124.220) |
| OUTROS CRÉDITOS | | 2.702.035 | 3.909.282 |
| Créditos tributários | 9,2 | 194.824 | 203.507 |
| Direitos vinculados ao Tesouro Nacional | 4 | 2.488.794 | 3.682.125 |
| Incentivos fiscais | | 18.117 | 23.439 |
| Diversos | | 300 | 211 |
| TOTAL DO ATIVO | | 118.724.037 | 145.110.339 |

| | Nota Explicativa | 2017 | 2016 |
|---|------------------|--------------------|--------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 2.965.690 | 3.667.929 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES | 5 | 1.514.349 | 1.914.896 |
| Repasses com o BNDES | | 1.514.349 | 1.914.896 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 1.451.341 | 1.753.033 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | | 33.400 | 30.279 |
| Passivo atuarial - FAMS | 11 | 6.342 | 5.017 |
| Dividendos a pagar | 6 | 576.482 | 751.657 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 9 | 696.750 | 848.469 |
| Outros impostos e contribuições | | 10.958 | 11.207 |
| Passivo atuarial - FAPES | 11 | 6.018 | 4.440 |
| Vinculadas ao Tesouro Nacional | 12,2 | 2.611 | 890 |
| Depósitos a apropriar | | 48.083 | 28.774 |
| Diversas | | 70.697 | 72.300 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 101.797.109 | 127.888.707 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES | 5 | 101.490.414 | 127.624.134 |
| Repasses com o BNDES | | 101.490.414 | 127.624.134 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 306.695 | 264.573 |
| Passivo atuarial - FAPES | 11 | 149.276 | 138.377 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 10 | 2.688 | 5.323 |
| Passivo atuarial - FAMS | 11 | 154.731 | 120.873 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 6 | 13.961.238 | 13.553.703 |
| Capital social | | 12.833.987 | 11.131.591 |
| Aumento de capital em curso | | 885.425 | 2.203.501 |
| Reservas de lucros | | 373.210 | 322.642 |
| Reserva legal | | 351.676 | 301.108 |
| Reserva de incentivos fiscais | | 21.534 | 21.534 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (131.384) | (104.031) |
| Própria | | (131.384) | (104.031) |
| TOTAL DO PASSIVO | | 118.724.037 | 145.110.339 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

| | Nota explicativa | 2º Semestre de 2017 | 2017 | 2016 |
|---|------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 4.527.944 | 9.979.563 | 10.503.786 |
| Operações de crédito e repasses interfinanceiros | | | | |
| Moeda nacional | | 2.108.425 | 4.157.126 | 4.177.050 |
| Moeda estrangeira | | 175.445 | 690.199 | (1.964.634) |
| Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional | 12,2 | 2.185.803 | 4.904.658 | 7.291.611 |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | | 58.271 | 227.580 | 999.759 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (3.437.411) | (7.680.026) | (7.956.303) |
| Empréstimos do BNDES | | | | |
| Moeda nacional | | (3.412.122) | (7.345.182) | (10.059.252) |
| Moeda estrangeira | | (25.425) | (368.150) | 2.268.260 |
| Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional | | (3.276) | (4.980) | (965) |
| Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 3,7 | 3.574 | 35.882 | (171.750) |
| Reversão (constituição) | | 790 | 32.668 | (176.571) |
| Recuperação de créditos baixados | | 2.784 | 3.214 | 4.821 |
| Resultado da carteira de câmbio | | (162) | 2.404 | 7.404 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 1.090.533 | 2.299.537 | 2.547.483 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (184.969) | (407.211) | (453.728) |
| Reversão (Constituição) de provisões trabalhistas e cíveis | 10 | (195) | (1.258) | (1.059) |
| Despesas tributárias | | (50.793) | (106.772) | (129.739) |
| Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC | | 555 | (41.582) | (30.926) |
| Despesas com pessoal | | (90.503) | (174.590) | (209.183) |
| Despesas administrativas | | (18.335) | (38.341) | (58.341) |
| Outras despesas operacionais | | (26.308) | (46.763) | (33.979) |
| Outras receitas operacionais | | 610 | 2.095 | 9.499 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | | 905.564 | 1.892.326 | 2.093.755 |
| Imposto de renda | 9 | (221.855) | (457.192) | (558.325) |
| Contribuição social | 9 | (184.363) | (372.639) | (453.207) |
| Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização | 9 | 17.037 | (17.510) | 264.630 |
| RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO | | 516.383 | 1.044.985 | 1.346.853 |
| Participação nos resultados | | (33.615) | (33.615) | (28.156) |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO | | 482.768 | 1.011.370 | 1.318.697 |
| Quantidade de Ações | | 589.580.236 | 589.580.236 | 589.580.236 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO) | | 0,818833 | 1,715407 | 2,236671 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Aumento de capital em curso | Reservas de lucros | | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|-------------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | De ativos próprios | | |
| Em 1º de janeiro de 2016 | 11.131.591 | 1.702.396 | 235.173 | 21.534 | (35.790) | - | 13.054.904 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (68.241) | - | (68.241) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 1.318.697 | 1.344.698 |
| Destinação do resultado (Nota 6) | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 65.935 | - | - | (65.935) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | (751.657) | (319.366) |
| Aumento de capital | - | 501.105 | - | - | - | (501.105) | - |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 11.131.591 | 2.203.501 | 301.108 | 21.534 | (104.031) | - | 13.553.703 |
| Mutações no exercício | - | 501.105 | 65.935 | - | (68.241) | - | 498.799 |
| Em 1º de janeiro de 2017 | 11.131.591 | 2.203.501 | 301.108 | 21.534 | (104.031) | - | 13.553.703 |
| Aumento de capital | - | (1.702.396) | - | - | (27.353) | - | (27.353) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 1.011.370 | 1.011.370 |
| Destinação do resultado (Nota 6) | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 50.568 | - | - | (50.568) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | (576.482) | (576.482) |
| Aumento de capital | - | 384.320 | - | - | - | (384.320) | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 12.833.987 | 885.425 | 351.676 | 21.534 | (131.384) | - | 13.961.238 |
| Mutações no exercício | - | (1.318.076) | 50.568 | - | (27.353) | - | 407.535 |
| Em 1º de julho de 2017 | 12.833.987 | 501.105 | 301.108 | 21.534 | (119.253) | 528.602 | 14.067.083 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (12.131) | - | (12.131) |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 482.768 | 482.768 |
| Destinação do resultado (Nota 6) | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 50.568 | - | - | (50.568) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | (576.482) | (576.482 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

| | 2º semestre de 2017 | 2017 | 2016 |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social no exercício | 905.564 | 1.892.326 | 2.093.755 |
| Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades | (2.106) | (32.104) | 176.026 |
| Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.574) | (35.882) | 171.750 |
| Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis | 195 | 1.258 | 1.059 |
| Depreciação | 1.273 | 2.520 | 3.217 |
| Varição de ativos e obrigações | (1.457.533) | (5.719.638) | (2.233.824) |
| . (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento | 9.226.016 | 20.549.353 | 27.215.484 |
| . (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo | 528.774 | 1.197.326 | 593.756 |
| . Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses | (11.044.982) | (26.350.874) | (28.781.469) |
| . Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo | (59.166) | 46.381 | 26.400 |
| . Juros pagos - de repasses | (38.740) | (180.273) | (308.756) |
| . IR e CSLL pagos | (69.435) | (981.551) | (979.239) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais | (554.075) | (3.859.416) | 35.957 |
| . Dividendos pagos | - | (793.951) | (350.292) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos | - | (793.951) | (350.292) |
| Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (554.075) | (4.653.367) | (314.335) |
| Modificação na posição financeira | | | |
| Início de semestre/exercício | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa | 903.119 | 5.002.411 | 5.316.746 |
| Final de semestre/exercício | | | |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa | 349.044 | 349.044 | 5.002.411 |
| Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (554.075) | (4.653.367) | (314.335) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

| | 2º semestre de 2017 | 2017 | 2016 |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|
| RECEITAS | | | |
| Intermediação financeira | 4.532.683 | 9.975.958 | 10.310.609 |
| Outras receitas | 4.527.944 | 9.979.563 | 10.503.786 |
| Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.165 | (39.487) | (21.427) |
| Outras receitas | 3.574 | 35.882 | (171.750) |
| DESPESAS | (3.467.489) | (7.763.929) | (7.819.591) |
| Intermediação financeira | (3.440.985) | (7.715.908) | (7.784.553) |
| Outras despesas | (26.504) | (48.021) | (35.038) |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (14.950) | (30.642) | (46.637) |
| Materiais, energia e outros | (1.884) | (3.823) | (4.871) |
| Serviços de terceiros | (13.066) | (26.819) | (41.766) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 1.050.244 | 2.181.387 | 2.444.381 |
| RETENÇÕES | (1.273) | (2.520) | (3.217) |
| Depreciação | (1.273) | (2.520) | (3.217) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 1.048.971 | 2.178.867 | 2.441.164 |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 1.048.971 | 2.178.867 | 2.441.164 |
| | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Pessoal e encargos | 77.690 | 150.929 | 182.489 |
| - Remuneração direta | 48.292 | 95.461 | 119.745 |
| - Benefícios | 25.438 | 47.643 | 53.962 |
| - FGTS | 3.948 | 7.805 | 8.753 |
| - Outros | 12 | 20 | 29 |
| Participação nos resultados | 33.615 | 33.615 | 28.156 |
| Impostos, taxas e contribuições | 453.142 | 978.512 | 904.019 |
| - Federais | 453.054 | 977.426 | 902.385 |
| - Estaduais | 2 | 2 | 3 |
| - Municipais | 86 | 1.084 | 1.631 |
| Aluguéis | 1.756 | 4.441 | 7.803 |
| Dividendos | 576.482 | 576.482 | 751.657 |
| Lucros retidos | (93.714) | 434.888 | 567.040 |

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ricardo Luiz de Souza Ramos
Arnaldo Barbosa de Lima Junior
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Márcio Leão Coelho
Gleisson Cardoso Rubin
Carlos Buch Pastoriza

CONSELHO FISCAL:

Marcos Jorge de Lima
Julio Cesar de Araújo Nogueira
Paula Bicudo de Castro Magalhães
Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares
Joelma Medeiros Henriques
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

DIRETORIA-EXECUTIVA:

Paulo Rabello de Castro – Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Vânia Maria da Costa Borgerth – CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao acionista e Diretores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Agência, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Agência. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos existência de incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

**PARECER CONSELHO FISCAL
(Nº. 01/2018)**

O Conselho Fiscal da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (CNPJ: 33.660.564/0001-00 e NIRE: 333.0000.4877-4), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 11-A, do Decreto 59.170, de 02/09/66, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/17 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 02/03/18, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINAME em 31/12/17, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 1.011.369.876,93 (um bilhão, onze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos), já contemplada nas Demonstrações Financeiras:

- Reserva Legal:** 5%, correspondente ao valor de R\$ 50.568.493,85 (cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos);
- Dividendos Mínimos:** 25%, após a constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 240.200.345,77 (duzentos e quarenta milhões, duzentos mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos);
- Dividendos Complementares:** 35%, após a constituição da Reserva Legal, a título de dividendos complementares, no montante de R\$ 336.280.484,08 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oito centavos); e
- Aumento de Capital:** R\$ 384.320.553,23 (trezentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), correspondentes ao saldo remanescente do lucro do exercício.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de março de 2018

Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares
Julio Cesar de Araújo Nogueira
Paula Bicudo de Castro Magalhães